

CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIENCIA POLÍTICA ALACIP
Monterrey, Nuevo León, México, de 31 de julho até 3 de agosto de
2019

AS IMPLICAÇÕES DO DISCURSO POLÍTICO DO GOVERNO
BOLSONARO SOBRE A IDEOLOGIA DE GÊNERO NO BRASIL

JANIFFER TAMMY GUSSO ZARPELON¹

PROFESSORA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CURITIBA (UNICURITIBA)

EJE TEMÁTICO: Género, Diversidad, Juventudes y Violencias

¹ Doutora em Socióloga Política pela UFSC. Professora do curso de Relações Internacionais no UNICURITIBA e Líder do grupo de pesquisa sobre “A efetividade das Instituições Internacionais para o ordenamento do sistema internacional e Género no Brasil e nas Relações Internacionais” no UNICURITIBA.

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar as implicações do discurso político do governo Bolsonaro sobre a ideologia de gênero no Brasil. Eleito em outubro de 2018, no segundo turno, Bolsonaro, na sua campanha política, declarava-se contra a ideologia de gênero. No seu discurso de posse, em 1 de janeiro de 2019, Bolsonaro falou novamente que seu governo iria combater a ideologia de gênero e buscar resgatar os valores tradicionais da família e da tradição cristã. Esse discurso tem gerado bastante polêmica no Brasil, que desde o processo de redemocratização, o país vinha inserindo, por meio de políticas públicas, certas garantias quanto à igualdade de gênero, tendo como principais exemplos a Lei da Maria da Penha, de agosto de 2006, sendo considerada pelo ONU uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres; e a Lei do Feminicídio, de março de 2015, que inclui o crime hediondo o assassinato cometido por razões da condição de ser do sexo feminino. No entanto, de acordo com a Igreja, no qual representa a visão do novo governo, o feminismo tem causado implicações nefastas na estrutura da família, promovendo uma rivalidade radical entre os sexos. Assim, o presente estudo busca analisar de forma crítica as implicações deste discurso tanto no âmbito nacional como internacional, verificando também as críticas do feminismo e os possíveis retrocessos quanto à igualdade de gênero no Brasil. O estudo terá como base a análise de fontes bibliográficas sobre o tema como estudos científicos, dados governamentais e discursos oficiais do governo Bolsonaro.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar as implicações do discurso político do governo Bolsonaro sobre a ideologia de gênero no Brasil. O artigo foi dividido em seis partes: no primeiro momento foi apresentado as principais perspectivas teóricas sobre o discurso político e o poder da linguagem; depois foi apresentado sobre o conceito de gênero destacando as visões de Joan Scott, Ann Tickner e Judith Butler; na terceira parte foi analisado sobre o aparecimento da expressão “ideologia de gênero” por parte da comunidade religiosa; e na sequência sobre a construção da “ideologia de gênero” no Brasil; posteriormente foi analisado o discurso político do governo Bolsonaro contra a “ideologia de Gênero” e suas implicações; e por fim as considerações finais.

O discurso político: perspectivas teóricas²

O discurso tem sido objeto relevante para compreender a produção social de sentidos, realizada por sujeitos históricos, por meio da materialidade das linguagens. As contribuições de Michel Foucault são relevantes para a análise do discurso. Em *A arqueologia do saber*, obra publicada em 1969, Foucault retrata que o discurso é uma prática que se constitui de um jogo estratégico entre dizeres e fazeres que formam saberes regidos por determinadas regras discursivas.

Nesta obra, Foucault procurou averiguar os meios que possibilitam o aparecimento de certos enunciados e a proibição de outros. Assim, pode-se dizer que, em um momento histórico, há alguns atos de fala que devem ser enunciados e outros que precisam ser calados. Esse contexto de silenciamento e exposição são estratégias, que segundo o autor, controlam os sentidos e as verdades dos discursos de determinada época. Assim, se estabelece as relações entre os dizeres e os fazeres, isto é, as práticas discursivas materializam as ações dos sujeitos na história.

Segundo Foucault, o pesquisador não deveria se ater aos atos de fala cotidianos, mas somente aos sérios, como também permanecer neutro quanto o que foi enunciado como verdadeiro. O investigador enfocaria apenas no que foi tido ou escrito e não nos condicionantes anteriores ao discurso. Considera-se assim o contexto discursivo como um sistema autônomo. Conforme Dreyfus e Rabinow (2010), “mais do que explicar um horizonte de inteligibilidade, Foucault simplesmente descreve um espaço lógico aberto no qual um certo discurso decorre”. (p. 66).

Foucault, em *A ordem do discurso*³, introduz um novo método para verificar as formações discursivas, a genealogia. O autor se interessa em determinar quais são os diferentes dispositivos de poder que se exercem em vários setores da sociedade através dos saberes. Assim, a relação de poder e saber nas sociedades modernas promove uma contínua luta pelo estabelecimento de verdades que, sendo históricas, são relativas, instáveis e estão em permanente reconfiguração.

² Análise desenvolvida, com co-autoria de Márcia Grisotti, com o artigo “Entre discursos e práticas: análise do discurso do Governo Lula (2003-2010) no contexto da construção da usina Belo Monte”, publicado na Revista *Estud. sociol.* Araraquara, v.18, n.35, p.387-404, jul.-dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/6460/4769>

³ Palestra realizada na conferência inaugural pronunciada no *Collège de France* em 1970 por Foucault.

Foucault (1986) passa a prevalecer a genealogia da arqueologia por ser mais ampla, por revelar aspectos antes negligenciados. Assinala “a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos”. Assim, “a genealogia exige, portanto, a minúcia do saber”. (p. 15). Esse método é possível verificar a relevância dos saberes das pessoas, das memórias locais, que antes eram desqualificados. Esse conhecimento histórico transfigura a crítica desses saberes aos saberes dominantes. Assim, tanto “no saber da erudição como naquele desqualificado, nestas duas formas de saber sepultado ou dominado, se tratava na realidade do saber histórico da luta”. (p. 170).

Nesse contexto, genealogia para Foucault (1986) seria a possibilidade de “libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico”. (p. 172). Assim, “enquanto a arqueologia é o método próprio de análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade”. (p. 172).

O autor insere ao discurso a questão do poder, percebendo que os efeitos do poder não foi apenas de dominação, mas uma batalha de saberes. Assim, como os sujeitos são sociais e os sentidos são históricos, os discursos se afrontam, envolvem-se em batalhas, expressando as lutas em torno de dispositivos identitários. Foucault (1978) identifica nesses movimentos, uma microfísica do poder, ou seja, contínuo combate pelo estabelecimento de verdades onde os micropoderes sintetizam e põem em circulação as vontades de verdade de parcelas da sociedade, em um certo momento de sua história.

A mídia nas sociedades contemporâneas tem sido um instrumento relevante para o contexto discursivo. É ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente. No entanto, Foucault (1986) identifica que a mídia é formada e transmitida pelo domínio de aparelhos políticos ou econômicos. Retrata que os reformadores desconheciam as condições reais de opinião e a mídia: “uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de imprensa, edição, depois de cinema e televisão” (FOUCAULT, 1986, p. 224).

E que estes *media* seriam necessariamente comandados por interesses econômico-políticos. Eles não perceberam os componentes materiais e econômicos da opinião. Eles acreditaram que a opinião era justa por natureza, que ela se difundiria por si mesma e que seria um tipo de vigilância democrática. No fundo, foi o jornalismo – invenção fundamental do século XIX – que manifestou o caráter utópico de toda esta política do olhar (FOUCAULT, 1986, p. 224).

Já Pierre Bourdieu (1998), sociólogo francês, em *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*, publicado em 1982, teve como objetivo desvendar o poder a língua, a linguagem e a linguística trazem para o campo de análise das Ciências Sociais. O autor também critica a forma como a análise linguística enfoca na singularidade da própria língua, isto é, no seu contexto interno as explicações para as diferentes colocações de emissores e receptores num dado momento da fala.

No artigo “*A economia das trocas linguísticas*”, originalmente publicado na revista *Langue Française* em 1977, Bourdieu já observara para não fugir da verificação das forças de dominação que a linguística e seus conceitos desempenham sobre as ciências sociais é necessário verificar a linguística como objeto de uma genealogia, a fim desvendar os preceitos teóricos que contribuíram na formação desta ciência e as condições sociais de produção e circulação de seus conceitos principais.

Bourdieu (1998) direciona a sua principal crítica a Saussure por sua análise da linguística a partir do pressuposto estruturalista, onde considera a linguagem como objeto autônomo, não levando em conta as condições de produção tanto da linguagem como de qualquer forma de discurso. O autor considera que o discurso é um produto suscetível às interações e à dinâmica do campo social. Assim, o que se move no contexto linguístico não é a língua, mas discursos gerados na interação entre a estrutura social no qual foi gerado com a estrutura social de quem recebem.

Nesse contexto, Bourdieu (1998) identifica que a fala é legitimada por sistemas de reconhecimentos (que depende de cada sociedade) através da competência creditada de quem o locuciona. Assim, o poder da fala varia dependendo da autoridade de quem realiza a fala. Isto está relacionado com a noção de poder simbólico e de violência simbólica. O poder simbólico é um poder invisível que se manifesta através da autoridade de um discurso, previamente estruturado pelas classes dominantes e também capaz de estruturar todas as classes, a fim validar aos dominantes a se perpetuarem como tais e aos dominados a permanecerem dominados, reconhecendo a ordem social como legítima.

As relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que,... podem permitir acumular poder simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica). (BOURDIEU, 2003, p. 11).

Bourdieu (1998) confere “à linguagem e, de modo mais geral, às representações, uma eficácia propriamente simbólica de construção da realidade”. (p. 81). O ator que fala é aquele dotado de poder – no qual fora instituído pelo grupo – que representa e assim nomeia a realidade. Nomeando⁴ a realidade, um determinado ator ou agente tem a autoridade de fiscalizar seus interlocutores para que atuem em conformidade com aquelas categorias que o próprio agente projeta sobre o grupo e, mais especificamente, sobre os indivíduos.

Com relação à eficácia simbólica da linguagem, para Bourdieu (1998) todos os meios linguísticos como formas de argumentação, retórica e estilística estariam condenados ao fracasso se não se levar em consideração uma relação entre as propriedades do discurso, as propriedades daquele que profere e as propriedades da instituição que autoriza a proferi-lo. Assim, “a especificidade do discurso de autoridade (curso, sermão, etc.) reside no fato de que não basta que ele seja compreendido..., é preciso que ele seja reconhecido enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio”. (p. 91). Esse reconhecimento do discurso se define pela execução da pessoa autorizada a fazê-lo, numa situação legítima com os interlocutores legítimos e fazendo uso de aspectos formais legítimos.

Bourdieu (1998) ao analisar a força da representação, apresenta sua tese de que a realidade é produzida na luta entre discursos que buscam ser os mais legítimos e com maior poder para descrever a realidade no qual eles representam. A representação constitui-se nas relações de poder que ocorrem entre os indivíduos. As representações do discurso dominante são tão poderosas que fazem com que as pessoas acreditem a realidade a partir daquilo que ele professa. O autor verifica que

⁴ Nomeação pode ser entendida como “a instituição de uma identidade, que tanto pode ser um título de nobreza ou um estigma, é a imposição de um nome, isto é, de uma essência social”. (BOURDIEU, 1998, p. 100).

há uma crença na representação dominante, que não ocorre de forma consciente, mas é condição prévia para que o discurso tenha eficácia.

O ponto mais relevante da análise de Bourdieu (1998) sobre a linguagem para este estudo é a questão dos limites da eficácia política. Para o autor, a prática política tem como objetivo produzir e estabelecer representações a fim de atuar tanto sobre esse mundo como sobre as representações dos atores a seu respeito. Assim, Bourdieu chama de *doxa* – discurso dominante que se torna aceito e determina como dominados e dominantes interpretam a realidade. No entanto, os dominados reagem a *doxa*, no qual produzem o discurso herético. Esse discurso rejeita o reconhecimento e a submissão da ordem social imposta, criando uma maneira nova de perceber as relações sociais, de forma mais justa.

O discurso herético deve contribuir não somente para romper com a adesão ao mundo do senso comum, professando publicamente a ruptura com a ordem ordinária, mas também produzir um novo senso comum e nele introduzir as práticas e as experiências até então tácitas ou recalcadas de todo um grupo, agora investidas de legitimidade conferida pela manifestação pública e pelo reconhecimento coletivo. (BOURDIEU, 1998, p. 119).

É claro que existem diversas táticas dos agentes do discurso dominante de fazer com que o discurso herético seja desacreditado e abafado. Esse combate ocorre constantemente em vários grupos sociais, em várias sociedades. No entanto, Bourdieu (1998, p. 125) questiona se a enunciação de uma nova percepção da realidade e de categorização das pessoas que nela atuam, também chamada de luta entre as classes, “é revolucionária tendo como alvo derrubar a ordem estabelecida ou apenas uma luta de concorrência, espécie de corrida na qual os dominados se esforçam por se apropriar das propriedades dos dominantes”. O autor deixa em aberto esse questionamento, mas o mesmo torna-se fundamental para a análise das críticas à ordem dominante.

Assim, para Bourdieu (1998) as palavras não são neutras e seus sentidos são passíveis de serem modificados por meio da luta social que busca o estabelecimento do consenso sobre o sentido, ou seja, pelo estabelecimento de uma visão do mundo social. Para o autor o poder simbólico se legitima através da linguagem, não pelo que há nas palavras em si mesmas, mas pela legitimidade que elas conferem aos que falam frente aos que escutam e reconhecem a voz autorizada. Nesse contexto, o que passa a

ser mais relevante para o autor não é o conteúdo da fala, mas quem o faz e como o fazem.

Definindo gênero

O debate sobre gênero aparece com o movimento feminista por volta dos anos 1970. Na primeira onda do movimento feminista, entre o século XIX e início do XX, as mulheres defendiam o acesso a direitos civis e políticos como o direito ao voto, a propriedade privada, a herança, ao divórcio, a educação de qualidade, entre outros. Na segunda onda, entre os anos 1960 a 1990, a luta se caracterizou em verificar as diferentes formas de opressão geradas pelo patriarcalismo.

Neste período, o movimento teve caráter mais revolucionário, tendo como lema a frase “o pessoal é político”, cunhado em 1969 pela feminista Carol Hanisch. As lutas foram pelo direito ao corpo, ao prazer, contra ao patriarcado, e o feminismo passa a ser estudado na academia, surgindo os estudos sobre gênero, sexo e orientação sexual.

Os estudos sobre gênero passam a ser vistos como de grande importância ao identificar que a desigualdade entre homens e mulheres não é apenas uma situação decorrente de problemas econômicos e/ou jurídicos. Segundo Tickner (2008), para o feminismo a questão do gênero é algo que vai além de características físicas ou pessoais, mas um discurso que gera uma relação de poder muito forte ao ser definido. É um conceito socialmente construído que desde muito cedo define o que é feminilidade ou masculinidade, onde essas definições são interligadas e dependentes, ou seja, ao definir o que é masculinidades ou características masculinas também se define o que é feminilidade e suas características.

O gênero é mais que características pessoais. [...]as características de gênero são geralmente desiguais – significa que pessoas de ambos sexos atribuem mais valores positivos para o masculino – gênero é também uma estrutura que significa relações de poder. Se as características de gênero denotam desigualdade, o gênero torna-

se um mecanismo de distribuição desigual de benefícios e custos. (TICKNER, 2008, p. 265).⁵

Outra autora que traz contribuições relevantes sobre o conceito de gênero é a historiadora pós-estruturalista estadunidense Joan Scott em que define gênero da seguinte forma:

O termo gênero torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres; “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, gênero tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. (SCOTT, 1995, p. 75)

Desta forma, verifica-se que homens e mulheres são biologicamente diferentes. “Temos hormônios em quantidades diferentes, órgãos sexuais diferentes e [...] as mulheres podem ter filhos, os homens não. Os homens têm mais testosterona e em geral são fisicamente mais fortes que as mulheres” (ADICHE, 2015, p. 19-20). Essas diferenças consolidaram em um conjunto de imposições sociais que culminaram na masculinidade e na feminilidade, sendo estas construídas socialmente.

Estas relações de gênero não são simétricas e igualitárias. Elas são caracterizadas por uma lógica de poder e dominação dos homens sobre as mulheres. Destaca-se que o processo de construção do gênero varia tanto dependendo do tempo histórico quanto do lugar onde o indivíduo está inserido (JIMENEZ; HARDY, 2001, p.78). Mas de forma geral, o patriarcalismo predominou na maioria das sociedades no mundo, representando o homem como a normalidade e a mulher como alteridade, ou seja, que possui certa carência de qualidades.

Isso pode ser constatado como as mulheres eram vistas como inferiores por vários filósofos sociais em diferentes períodos da história: para Aristóteles as

⁵ “[...] gender is about more than personal characteristics.[...] gender characteristics are generally unequal – meaning that people of both sexes ascribe more positive value to the masculine ones – gender is also a structure of meaning that signifies power relationships. If gender characteristics denote inequality, gender becomes a mechanism for the unequal distribution of social benefits and costs.”(tradução nossa)

mulheres eram "imaturas", "deficientes", "deformadas"; e até um pouco "monstruosas"; para Rousseau o homem deveria ser ativo e forte, já a mulher deveria ser passiva e fraca, criada para agradar o homem, ser sedutora, e apreender ser mães e esposas; para Nietzsche as mulheres eram mentirosas, indignas de confiança, preocupando-se apenas com sua aparência e beleza; para Hegel "as mulheres são passíveis de educação, mas não são feitas para atividades que demandam uma faculdade universal, tais como as ciências mais avançadas, a filosofia e certas formas de produção artística. As mulheres podem ter ideias felizes, gosto e elegância, mas não podem atingir o ideal".⁶

Judith Butler é outro nome relevante sobre o debate sobre gênero. Em sua obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, publicada nos Estados Unidos em 1990, desconstruiu o conceito de gênero em que foi baseada a teoria feminista. Para a autora, gênero é a estilização repetida do corpo, ou seja, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância. Assim, gênero não é um conjunto de significados culturais e nem a interpretação de um corpo sexuado, mas um conjunto de normas instituídas, mantidas e repetidas sobre o corpo. Desta forma, para Butler (2013) gênero é um gesto performativo que produz significados. No entanto, estes significados se constituem em formas de socializações que produzem a existência de certas identidades e a exclusão de outras.

Sobre a “Ideologia de gênero”

Sobre o conceito de ideologia, Thompson (2000) destaca dois tipos de concepção: uma neutra e outra crítica. A neutra considera que um conjunto de ideias por ser constituir como ideológico, mas não destaca que estas são falazes ou manipuladoras. Para a crítica verifica de forma negativa este conjunto de ideias visto como ideológico. Napoleão é exemplo do uso da ideologia de forma negativa. Ao tomar o poder na França, vai transformando seu governo em um império ditatorial. Ao ver que estava perdendo apoio tanto da população como da elite doméstica, “todos os tipos de pensamento religioso, ou político, foram condenados como ideologia. O

⁶ “Filósofos e pensadores contra as mulheres”. Disponível em: <http://xucurus.blogspot.com/2011/07/filosofos-e-pensadores-contra-as.html> Acesso em: julho de 2018.

próprio termo se tornou uma arma nas mãos de um imperador, lutando desesperadamente para silenciar seus oponentes e para sustentar um regime de destruição (THOMPSON, 2000, p. 47).

Já para a vertente hermenêutica, a ideologia tem função de integração e de dominação. Com o objetivo de integração, a ideologia teria papel de manter o contexto fundacional de um grupo social, ou seja, de mostrar que um grupo tem razão de ser o que é. A ideologia serviria, assim, como um código interpretativo (CHAUÍ, 2007; SEVERINO, 1986). E para os autores da Escola de Frankfurt, a ideologia é considerada como um *corpus* de representações e de normas de como se deve agir, pensar e sentir. No entanto, a ideologia é criada a partir do ponto de vista da classe dominante com a intenção de produzir uma universalidade imaginária, fluindo como uma verdade amplamente aceita por todos (CHAUÍ, 2007).

O conceito de gênero, bem como a ideia de empoderamento e da transversalidade, foram inseridos pela primeira em um documento internacional na chamada “Plataforma de Ação de Pequim”, assinado na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995. Neste documento foi afirmado os direitos das mulheres como direitos humanos. Abaixo a descrição dos conceitos inseridos na Plataforma:

O conceito de gênero permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e portanto passíveis de modificação. As relações de gênero, com seu substrato de poder, passam a constituir o centro das preocupações e a chave para a superação dos padrões de desigualdade.

O empoderamento da mulher consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-lá nesse processo.

A noção de transversalidade busca assegurar que a perspectiva de gênero passe efetivamente a integrar as políticas públicas em todas as esferas de atuação governamental.⁷

Nessa conferência foi reconhecido que a desigualdade da mulher é um problema estrutural. Além disso, determinou a substituição do termo “mulher” (utilizado nas outras conferências) para o conceito de gênero, estabelecendo que “[...]”

⁷ ONU Mulheres. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (1995). Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf Acesso em setembro de 2018.

todas as políticas e instituições econômicas [dos governos e da comunidade internacional], assim como aqueles encarregados de conceder recursos devem adotar uma perspectiva de gênero” (Declaração e Plataforma de Ação de Beijing, 1995, p. 265).

Ao determinar o alcance global da categoria “gênero” no centro dos debates, houve uma forte objeção por parte de diversos setores religiosos e conservadores, em especial da Igreja Católica, contra a inserção deste conceito (MISKOLCI; CAMPANA, 2017). Na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (Celam), em 2007, foi lançado o “Documento de Aparecida”. Neste é iniciado a luta contra a “ideologia de gênero”, configurando-se na resistência dos preceitos religiosos e conservadores contra as políticas na América Latina em prol dos direitos sexuais e reprodutivos. Jorge Scala (2010, p. 30) destaca que estes direitos são resultados da manipulação da linguagem, em que os “ideólogos de gênero” convencem seus interlocutores e assim os “submetem” sem resistência já que “tudo aquilo que se apresenta ao povo como fruto de um consenso democrático imediatamente é considerado como algo bom mesmo quando é um ato criminoso”.

A obra “La ideología del género. O el género como herramienta de poder”, de Jorge Scala, teve grande influência no meio conservador e religioso. Segundo o autor, a obra tem como objetivo “despertar consciências adormecidas, e ajudá-las a trabalhar por um mundo melhor” (SCALA, 2010, p. 8). Para Scala (2010, p. 7), a “perspectiva” de gênero é uma ideologia, vista pelo autor como a mais radical da história, pois tem provocado a destruição das estruturas mais importantes: a sociedade e o âmbito familiar.

A construção da “ideologia de gênero” no Brasil

No Brasil, um dos agentes responsáveis no combate à “ideologia de gênero” é o Escola Sem Partido (ESP), movimento que existe desde 2004. O movimento ESP tem por objetivo coibir uma suposta “doutrinação ideológica” dos professores e professoras, que inclui também a abordagem de temas como gênero, raça e sexualidade no ambiente escolar.

O ESP advém contra ações em prol do combate a desigualdade de gênero iniciadas na presidência de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). Em 2004, é criado

a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), que visa promover a igualdade de gênero e o combate à homofobia no Brasil (DESLANDES, 2016). Posteriormente, o projeto de Lei 122/2006, proposta pela deputada Iara Bernardi (PT), tinha como objetivo alterar a Lei 7.716/1989, que tipifica “os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”, inserindo também os crimes relacionados discriminação por gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero. Este projeto representou no embate entre iniciativas legislativas contra a homofobia e a bancada religiosa, acabando sendo arquivado pelo Senado.⁸

Com o lançamento do III Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH III), instituído pelo Decreto nº 7.037, em 21 de dezembro de 2009, gerou o aumento das tensões “no campo já minado das comunidades morais conflitantes” no Brasil (MACHADO, 2017, p. 374). Devido às pressões de diversas partes da sociedade, o governo acabou cedendo ao suprimir ou modificar várias partes do texto do decreto como a descriminalização do aborto; a proibição de símbolos religiosos em locais públicos; escutar invasores de terras nos processos judiciais sobre conflitos agrários - como a reintegração de posse -; e a criação da Comissão da Verdade com o objetivo de averiguar os casos de torturas e desaparecimentos durante a ditadura no Brasil (1964-1985), mas manteve a defesa da união civil homossexual, da adoção de crianças por casais homo-afetivos e da concessão de direitos trabalhistas e previdenciários para prostitutas. Essa atualização do PNDH III ocorrera em 12 de maio de 2010 com o Decreto nº 7.177.^{9 10}

No entanto, com as eleições de 2010 houve a ampliação da bancada neopentecostal no Congresso Nacional brasileiro, controlando algumas comissões como a de Direitos Humanos, e assim prejudicando o encaminhamento de projetos de relativos às questões dos direitos das mulheres, indígenas, negros, homossexuais, entre outros (MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

Segundo Miskolci e Campana (2017, p. 738), “a hegemonia da noção de

⁸ SENADO NOTÍCIAS. Projeto que criminaliza homofobia será arquivado. 07/01/2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/01/07/projeto-que-criminaliza-homofobia-sera-arquivado> Acesso em: junho de 2019.

⁹ PNDH III versão completa Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdf/pndh3_programa_nacional_direitos_humanos_3.pdf

¹⁰ ELIANE CANTANHÊDE, Eliane; IGLESIAS, Simone. Governo recua em plano de direitos humanos. *Folha de São Paulo*. São Paulo, sexta-feira, 14 de maio de 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1405201018.htm> Acesso em: junho de 2019.

‘ideologia de gênero’ se estabelece no Brasil a partir de 2011, ano em que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que a união entre pessoas do mesmo sexo tinha o mesmo *status* do casamento heterossexual”. Outra polêmica que ocorreu no mesmo ano foi o anúncio do governo do material didático do programa “Escola sem homofobia”, chamado pelos conservadores de “*kit gay*”, que seria distribuído nas escolas públicas. Devido a forte oposição dos parlamentares evangélicos, a presidente Dilma Rousseff (2011-2016) veta a distribuição do material nas escolas (VITAL; Lopes, 2013).

Em 25 de junho de 2014, é aprovado pelo Congresso Nacional o novo Plano Nacional de Educação (PNE), sob a Lei n ° 3.005, que dita as diretrizes e metas da educação para os próximos dez anos, a questão de gênero foi retirada do texto. A parte que destacava como meta “a superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” foi eliminado do novo PNE, cabendo aos governos estaduais e municípios decidirem se incluem ou não sobre estes temas nos seus planos.¹¹

Conforme Souza (2014, p. 190) os segmentos conservadores no Brasil fizeram uma grande campanha midiática de que o gênero constituía-se numa ameaça a “família tradicional” brasileira. Ainda segundo Souza (2014, p. 198) essa campanha passa a ser identificada como uma “luta pelo estabelecimento dos significados sociais”, e que a “ideologia de gênero” é coisa da esquerda (SOUZA, 2014), podendo representar no “perigo” do Comunismo se estabelecer no Brasil (CAMPILLO-VÉLEZ, 2013).

Esse discurso ganhou força nas eleições de 2018 para Presidente da República, Governadores, Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais no Brasil. Além da vitória de Jair Messias Bolsonaro para presidente da República do Brasil, candidato de direita com forte discurso contra a ideologia de gênero, a bancada evangélica cresceu na Câmara Federal de 75 em 2014 para 84 deputados federais em 2018, e no Senado de 3 para 7 parlamentares segundo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).¹²

¹¹ MUNDIM, Izabelle. O que é a ideologia de gênero que foi banida dos planos de educação afinal ? Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm> Acesso em junho de 2019.

¹² DIAP (2018). Eleições 2018: bancada evangélica cresce na Câmara e no Senado. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/28532-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado> Acesso em: junho de 2019.

Implicações do discurso político do Governo Bolsonaro sobre o combate a “ideologia de gênero”

No primeiro turno das eleições presidenciais, na proposta de governo de Jair Bolsonaro quanto a educação foi destacado que “conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE”¹³ (BOLSONARO, 2018). Um dos gurus da campanha e do governo Bolsonaro é Olavo de Carvalho, jornalista e autoproclamado filósofo. Suas principais ideias são o combate ao marxismo cultural no Brasil, contra o globalismo e o expurgo à ideologia de Paulo Freire.

Para Olavo de Carvalho, os globalistas se inserem nos meios intelectuais, como escolas e universidades, a fim de dominar, de forma gradual, a cultura e adquirir o poder hegemônico na sociedade. Isso seria o marxismo cultural, a doutrinação sem o uso da força. As pessoas dominadas culturalmente seriam, segundo Olavo, os “idiotas úteis”, que defenderiam causas como a liberação sexual, o movimento LGBT e a defesa das minorias.¹⁴

No discurso de posse à presidência do Brasil, no dia 1 de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro reafirmou sua visão com relação ao combate a ideologia de gênero:

Aproveito este momento solene e convoco, cada um dos Congressistas, para me ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa Pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da *submissão ideológica*. [...]

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, *combater a ideologia de gênero*, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre de amarras ideológicas.¹⁵ (Grifo nosso)

¹³ Grifo do autor.

¹⁴ DUCROQUET, Simon; MERLO, Marina. Sobre o que fala Olavo de Carvalho? *Folha de São Paulo*. 14.dez.2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/12/sobre-o-que-fala-olavo-de-carvalho.shtml> Acesso em: junho de 2019.

¹⁵ Bolsonaro fala em combater ideologia de gênero: veja íntegra do discurso. 01/01/2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/01/bolsonaro-fala-em-combater-ideologia-de-genero-veja-integra-do-discurso.htm> Acesso em: junho de 2019.

Outro fator foi a grande redução das mulheres na liderança dos ministérios do governo. Dos 22 ministérios, apenas dois são liderados por mulheres: o da Agricultura por Tereza Cristina; e da Mulher, Família e Direitos Humanos por Damares Alves. No governo Lula houve 5 ministras, mas a maior cota das mulheres liderando ministérios foi no governo Dilma, no total de 9 ministras. Nesse contexto, o governo Temer foi o que teve a pior cota, com nenhuma participação das mulheres na liderança dos ministérios foi de Temer, fato que não acontecia no Brasil desde o governo de Ernesto Geisel (1974-1979).

Outra fato que gerou polêmica foi a fala da ministra Damares Alves, no seu discurso de posse ao cargo, no dia 02 de Janeiro de 2019, em que falou que o Brasil vive uma "nova era", em que "menino veste azul e menina veste rosa". Esta fala foi gravada em um vídeo armador que depois circulou na internet. Ao ser questionada, Damares afirmou que o objetivo da sua fala foi contra a “ideologia de gênero”, remetendo à sexualidade das crianças.¹⁶

Assim, o discurso da ministra representa a visão do governo Bolsonaro que é o enfrentamento contra as políticas de promoção dos direitos das mulheres, que visam na verdade na busca pela igualdade de direitos e contra a violência doméstica e sexual. Em outras palavras, busca-se manter a ideologia heteronormativa, e os indivíduos que fugiriam dessa configuração tradicional da família - homem (o chefe do lar), mulher (esposa) e filhos -, estariam infringindo a ordem social.

Desta forma, o combate contra a “ideologia de gênero” no governo Bolsonaro não é apenas contra o feminismo, mas também contra os LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais, homens transexuais e pessoas intersexuais), por quebrarem com a visão do que os conservadores esperam sobre os valores tradicionais da família. Isso se refletiu na retirada dos LGBTI das diretrizes dos direitos humanos do Brasil. Esta carta define quais grupos serão promovidas políticas de direitos humanos no governo. Anteriormente, a comunidade LGBTI estava entre os grupos listados, no entanto, a atual carta aponta apenas a promoção de direitos: “da mulher, da família, da criança e do adolescente, da juventude, do idoso,

¹⁶ BORGES, André. 'Fiz uma metáfora contra ideologia de gênero', diz Damares sobre vídeo. O Estado de S. Paulo. 03 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares-alves,70002665826> Acesso em: junho de 2019.

da pessoa com deficiência, da população negra, das minorias étnicas e sociais e do índio”.¹⁷

Com relação a política externa brasileira no governo Bolsonaro sobre os Direitos Humanos também já se observa mudanças. Ernesto Araújo, diplomata e que também tem como guru Olavo de Carvalho, é o atual Ministro das Relações Exteriores, órgão responsável pela formulação das diretrizes da política externa e das relações internacionais do Brasil. No dia 22 de março de 2019, durante reunião plenária do 63º encontro da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW, na sigla em inglês), Ernesto Araújo anunciou que o governo brasileiro não iria concordar e apoiar com o “uso inapropriado de termos e expressões dúbias que causaram confusão e mal entendimentos. [...] O Brasil considera que é necessário proteger o ambiente familiar saudável para mulheres e crianças sem ingerência ou interferência do Estado que tenha como objetivo dissolver ou enfraquecer a estrutura da família tradicional”.¹⁸

Ainda com relação da política externa brasileira, em junho de 2019, os diplomatas que compõe o Ministério das Relações Exteriores receberam instruções de usar a palavra gênero somente para referir quanto as diferenças do sexo biológico (homem ou mulher). Não será mais reconhecido por parte da diplomacia brasileira a palavra gênero como uma construção social que determina papéis sociais. Nos encontros da ONU e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, os diplomatas brasileiros já manifestaram esse posicionamento aos demais países. Segundo o Itamaraty, essa instrução foi formalizada a fim de evitar ambiguidades, buscando retomar a definição tradicional de gênero.¹⁹

As implicações desse discurso político têm sido o retrocesso do governo brasileiro no envolvimento e na defesa dos direitos humanos, agenda em que o Brasil passa a priorizar desde o período da redemocratização com o fim da ditadura militar.

¹⁷ ANDES - Sindicato Nacional. Bolsonaro exclui LGBT de diretrizes de Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/bolsonaro-exclui-lgbt-de-diretrizes-de-direitos-humanos1> Acesso em: junho de 2019.

¹⁸ FARIAS, Heleno. Com Bolsonaro, Brasil inaugura política contra aborto e ideologia de gênero na ONU. *JM Notícia*. 28 de março de 2019. Disponível em: <https://www.jmnoticia.com.br/2019/03/28/com-bolsonaro-brasil-inaugura-politica-contra-aborto-e-ideologia-de-genero-na-onu/> Acesso em: junho de 2019.

¹⁹ Itamaraty orienta diplomatas a frisar que gênero é apenas sexo biológico. *Folha de S. Paulo*. 26 jun. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/06/itamaraty-orienta-diplomatas-a-frisar-que-genero-e- apenas-sexo-biologico.shtml> Acesso em: junho de 2019.

Esse discurso, verificado como heteronormativo e machista, pode contribuir para a cultura do estupro e da violência doméstica contra as mulheres.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, os casos de feminicídio aumentaram 76% no 1º trimestre de 2019. Nos primeiros três meses deste ano 37 mulheres foram vítimas de feminicídio, enquanto em 2018, foram 21.²⁰ O feminicídio, crime hediondo baseado no gênero feminino, foi inserido na legislação brasileira somente em 2015 através da Lei nº 13.104. Críticos do governo Bolsonaro destacam que este aumento ocorreu devido ao discurso contra a “ideologia de gênero”, que verifica como negativo o debate sobre a igualdade de gênero.

Considerações Finais

O combate a “ideologia de gênero” não é algo que tem ocorrido somente no Brasil. Vários países da América Latina e do mundo têm defendido esse discurso de que a inserção de direitos relacionados ao gênero tem prejudicado as características e os valores tradicionais da família. Essa visão tem sido defendida pelos movimentos de extrema direita, no qual crescem de forma exponencial pelo mundo. Esse aumento representou na chegada ao poder de líderes conservadores como nos Estados Unidos com Donald Trump, conhecido por seu discurso sexista, xenófobo e belicista, e no Brasil com Jair Bolsonaro em que enalte o período militar (1964-1985) - marcado pelo uso da força e da tortura.

Diante do discurso contra a “ideologia de gênero” no governo Bolsonaro, tem se permitido a construção da má interpretação e dos estereótipos sobre essa temática, prejudicando nos avanços conquistados ao longo das décadas. Ao mesmo tempo que o governo Bolsonaro tem declarado ser contra a doutrinação e realizar ações livre de ideologias, o mesmo tem conduzido suas políticas com base na ideologia da extrema direita, estereotipando certas temáticas.

Pelo fato do governo Bolsonaro estar completando quase 7 meses de mandato, a análise das implicações desse discurso ainda são difíceis de serem mensuradas de

²⁰ ACAYABA, Cíntia; ARCOVERDE, Léo. Casos de feminicídio aumentam 76% no 1º trimestre de 2019 em SP; número de mulheres vítimas de homicídio cai. *GI SP e GloboNews*. 29/04/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/04/29/casos-de-feminicidio-aumentam-76percent-no-1o-trimestre-de-2019-em-sp-numero-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-cai.ghtml> Acesso em: junho de 2019.

forma quantitativa. No entanto, não há dúvidas sobre os impactos negativos desse discurso e das medidas que já foram realizadas pelo atual governo.

Referências bibliográficas:

BOLSONARO, Jair M. *O caminho da prosperidade - Proposta de Plano de Governo Bolsonaro*. 2018. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf Acesso em: junho de 2019.

BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte: Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer*. 2º ed. São Paulo: Editora USP, 1998.

_____. *O poder simbólico*. 6º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 26 set. 2016.

_____. Lei No 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 26 set. 2016.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013.

CAMPILLO-VÉLEZ, B. La ideologia de gênero en el derecho colombiano. *Dikaion*, Chia, Colômbia, v. 22, n. 1, p. 13-54, jun. 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=72028761002>

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2007.

DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DE BEIJING – *IV Conferência Mundial da Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz Organização das Nações Unidas*, 1995. Disponível em: http://www.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/csw/bpa_s_final_web.pdf.

DESLANDES, K. *Formação de professores e direitos humanos: construindo escolas promotoras da igualdade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

JIMENEZ, Ana Luisa; HARDY, Ellen. Masculinidad y Género. *Revista Cubana Salud Pública*. v.27 n.2 Ciudad de La Habana jul.-dic. 2001. http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-34662001000200001

MACHADO, M. das D. C. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. *Horizontes Antropológicos*, n. 47, p. 351-380, 2017.

MAIA, Marcos F. G.; ROCHA, Damião. Ideologia de gênero: tensões e desdobramentos na educação. *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 12, n. 25, set/dez de 2017.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro 2017.

NADER, Maria B.; CAMINOTI, Jacqueline M. *Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica*. In: XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas. 28 de jun a 1 de agosto de 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400262820_ARQUIVO_Generoeopoderaconstrucaodamasculinidadeeexerciciodopodermasculinonaesferadomestica.pdf Acesso em: maio de 2019.

ROSADO-NUNES, M. J. F. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. *Horizonte*, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, 2015.

SCALA, J. *La ideología del género. O el género como herramienta de poder*. Rosario: Ediciones Logos, 2010.

SEVERINO, A. *Educação, ideologia e contra-ideologia*. São Paulo: EPU, 1986.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, no 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SOUZA, S. “Não à ideologia de gênero!” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. *Estudos de Religião*, v. 28, n. 2, p. 188-204, jul./dez., 2014.

TICKNER, Ann. “Gender in world politics”. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. *The Globalization of World Politics: an introduction to international relations*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p.263-77.

THOMPSON, J. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VITAL, C.; LOPES, P. V. L. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/ISER, 2013.